

Sindicato acusa Comissão de 'contrabando'

Da Redação da Folha

Em carta aprovada anteontem à noite durante assembléia da categoria, o Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo acusa a Comissão Provisória de Estudos Constitucionais de "pretender contrabandear para seu anteprojeto de Constituição uma posição que interesse fundamentalmente aos detentores do monopólio da informação no Brasil — e não é por outro motivo que o contrabando vem sendo tão festejado pela grande imprensa". A acusação refere-se à aprovação, pelo comitê temático sobre direitos da Comissão Constitucional, da proposta de que não seja obrigatório o diploma universitário específico para o exercício da profissão de jornalista.

A carta está sendo encaminhada

aos integrantes da comissão e a diversas entidades da sociedade civil. "Ao reiterar sua posição oficial sobre a obrigatoriedade do diploma para o exercício da profissão" — diz a carta —, "o Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo não pretende cercear a reabertura do debate sobre a questão", mas se julga "no dever de condenar qualquer pretensão de solucioná-la pela via constitucional".

A assembléia reuniu, entre 21h e 23h30, cerca de 60 jornalistas na sede do sindicato, à rua Rego Freitas, 530 (centro de São Paulo), para debater a posição que os cinco delegados paulistas levarão ao Encontro Nacional dos Jornalistas — marcado para os dias 17 a 21 de abril, em Brasília —, cujo tema é "A Comunicação na Constituinte".